

QUILOMBO E O ESTUDO DA SUPERAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR

Vilma de Oliveira Morais R.A 20132

RESUMO – Esta pesquisa teve como objetivo refletir e contribuir na divulgação dos resultados de um Projeto realizado na Escola Municipal Professor Juarez Costa, que contava aproximadamente com 106(cento e seis) alunos matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Brasil Alfabetizado. Inicialmente, busca-se contextualizar o funcionamento do sistema educacional brasileiro numa sociedade baseada nas desigualdades e, nesse ínterim, o surgimento de uma legislação voltada para a mudança dos sistemas de ensino tendo em vista a diversidade e a diferença, o reconhecimento dos povos africanos na formação do Brasil, suas contribuições nas áreas do conhecimento; o combate às práticas discriminatórias, o preconceito racial e o racismo; a construção de uma identidade negra.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, fracasso escolar, aluno, professor.

ABSTRACT

QUILOMBO AND STUDY OF OVERCOMING THE SCHOOL FAILURE

ABSTRACT: This research aimed to reflect and contribute to the dissemination of the results of a project conducted at the Municipal School Teacher Costa Juarez, which had approximately 106 (one hundred and six) students enrolled in Early Childhood Education, Elementary Education and Literate Brazil. Initially, we seek to contextualize the functioning of the Brazilian educational system in a society based on inequality and in the meantime, the emergence of legislation aimed at changing education systems in view of the diversity and difference, the recognition of African peoples in the formation Brazil, his contributions in the areas of knowledge, the fight against discriminatory practices, racial prejudice and racism, the construction of a black identity.

KEYWORDS: School, academic failure, student, teacher.

1. QUILOMBO E O ESTUDO DO FRACASSO ESCOLAR

1.1. Comunidade Quilombola do Jaó

Origem: Jaó, nome de pássaro da região, localiza-se próximo ao Município de Itapeva sudoeste do Estado de São Paulo, atualmente o Quilombo Jaó é constituído por 120 famílias.

Segundo Marques:

“A comunidade surgiu, após o fim da escravidão. Um fazendeiro da região, Sr. Honorato Carneiro de Camargo, reencontrou quatro dos antigos escravos abandonados à própria sorte. Resolveu levá-los para sua fazenda, a Lagoinha, e acabou adotando-os. No leito de morte o fazendeiro Honorato resolveu dividir as terras passando um “quinhão” para cada um dos escravos. Para o escravo Joaquim couberam as terras denominadas Sítio da Ponte Alta, onde se estabeleceu com sua família e deu origem a outras gerações, formando o do Quilombo Jaó.” (MARQUES, 2001, p.5).

O nome Jaó foi dado há cerca de 20 anos, quando da construção da Estação Ferroviária do Jaó, que fica próxima das terras da comunidade. Sua antiga denominação é Ponte Alta, nome do sítio que foi doado a um casal de ex-escravos, Joaquim Carneiro de Camargo e

Josepha Paula Lima. Vários moradores buscam renda fora, nas fazendas do entorno e na cidade. No ano de 2000, foram reconhecidos como Remanescentes de Quilombos.

Preocupada em atender os interesses da comunidade, a escola oferece uma proposta de trabalho tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais e Referenciais Curriculares Nacionais, abordando metodologias para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, valorizando e resgatando a cultura, a autoestima e a negritude visando o respeito às especialidades locais e garantindo um espaço de construção do conhecimento, enfatizando a importância de suas contribuições sócias econômicas que operatizam o progresso de seus usuários aos bens culturais da sociedade, em como a afirmação dos conceitos de igualdade já construídos para os diferentes segmentos da sociedade.

Segundo Marques (2001 p.5), o Jaó uma comunidade remanescente de quilombo; a regularizada suas terras segundo a Constituição Federal de 1988, através do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias. A comunidade constituiu como propriedade privada, o sitio Ponte Alta.

Oliveira diz trabalhar com o conceito de identidade contrastiva pode se afirmar que em grupos minoritários acontece situações de oposição perante outros levando a criação de critérios próprios que pertencem a exclusão. Quando se trata de comunidades rurais encontra-se uma comunidade grupal que estão constituindo e reconstituindo sua identidade étnica. Assim se manifesta perante a imposição externa da desigualdade social, que a sociedade hegemônica lhes impõe não os tratando com o valor que eles merecem (apud, Marques, 2011 p15).

A opção pela memória se da em virtude da escolha do caminho da investigação: as experiências vividas e de como esses sujeitos dão sentido a elas. Por sua vez, neste estudo, a preocupação esta em tratar a memória como fonte para a história, visto que o ponto em comum entre ambas e a remissão ao passado (FUNES, 1995, p.27). Todavia, pode ser um caminho escorregadio se não se levar em conta o caráter mutável, adaptativo da memória, decorrente de um processo constante de construção e reconstrução perante as questões que estão colocadas no presente (MENEZES, 1992, p.9).

De acordo com a análise dos moradores do Jaó amplia-se as discussões sobre o processo histórico que possibilita o direito a terra após anos posteriores ao final da escravidão. É necessário amplitude para se alcançar uma compreensão maior desses processos , ao se recuar no tempo e recuperar o momento histórico da formação do Jaó (Marques , 2001,p.18).

No campo, a exploração capitalista da terra e a concentração fundiária já estavam consolidadas, no plano das 2deias, após começa a ganhar divulgação as teorias evolucionistas

sobre a inferioridade da raça negra e, no plano político, leis e medidas oficiais, juntamente com iniciativas particulares, favoreciam a vinda da mão-de-obra imigrante para as fazendas de café do oeste paulista, para suprir a falta de braços perante o aumento do ritmo de trabalho e de produção dos cafezais, a partir da segunda metade do século XIX (COSTA, 1998, p.195-231;MACHADO, 1995).

Os atuais descendentes dos seis filhos já falecidos de Joaquim e Josepha detem os direitos hereditários das terras. O Jaó teve início como uma propriedade privada, o sítio Ponte Alta, que foi deixada como herança aos filhos, todos já falecidos, mas que permaneceu indivisa até os dias de hoje. A origem do sítio Ponte Alta, conforme este descrito na documentação consultada, está relacionada a dois documentos de compra de terras, assim sendo, o primeiro de 1889, feita por Joaquim Carneiro, e o segundo de 1897, onde consta a compra de terras feita pelo casal, Joaquim e sua esposa Josepha, da Câmara Municipal da Faxina (posteriormente Itapeva).⁷ Entretanto, nas falas dos netos e bisnetos de Joaquim e Josepha, está presente a tese da doação das terras como predominante, realizada pelo fazendeiro tenente coronel Honorato Carneiro de Camargo, então herdeiro da fazenda Pilão D'água. Nessa fazenda, Joaquim foi escravo e Josepha, liberta, trabalhou como cozinheira.

Pelos depoimentos, Joaquim foi adotado pelo fazendeiro após a abolição, recebendo, como *doação* ou *dádiva*, uma parcela de terras vizinha ao local onde, posteriormente, Honorato formou sua propriedade denominada Lagoinha. Juntamente a Joaquim e Josepha, aparecem nas falas dos velhos do Jaó, referências a outras famílias negras que entremeiam aquela história e que viviam em terras doadas pelo fazendeiro, sendo uma delas, a de Marculino Carneiro de Camargo, pertencente a grande fazenda (Marques, 2001, p.19 e 20).

Franco aponta os caminhos para entendermos o modo de vida e a inserção nos sistemas produtivos das camadas livres e pobres da sociedade. Assim permitindo relacioná-los com o vivido dos primeiros habitantes do Jaó (apud, Marques, 2001, p.20). Como o Jaó não se constitui um bairro isolado, o entendimento das particularidades do desenvolvimento histórico e a recuperação dos problemas de ordem local mostram-se importantes. Primeiramente, como foi utilizado o trabalho escravo na região de Itapeva, já que ela, historicamente, não se enquadrava nas tradicionais regiões açucareiras, mineradoras ou cafeicultoras, ficando excluída, portanto, das regiões paulistas que receberam a mão-de-obra imigrante para o trabalho nas lavouras de café. E, em segundo lugar, investigar os nexos entre as transformações da estrutura fundiária de Itapeva e as formas de sobrevivência dos moradores do Jaó, ao longo do tempo. Nos relatos dos mais velhos do Jaó, o trabalho externo dos homens, principalmente nas fazendas do entorno, aparece não só como indicativo do seu

modo de vida, mas também como uma referencia norteadora ao tempo passado, e os trabalhos com cargueiros, carreiros de boi, remetem a de um tempo mais longínquo lembrado por eles.

Atualmente moram no Jaó 52 famílias nucleares que reúnem aproximadamente 252 pessoas. O acesso a localidade e feito por uma estrada de terra, a da Lagoa Grande, que passa dentro das terras do Jaó, interligando o município ao distrito do Guarizinho. Para ir e voltar da cidade, alguns moradores se locomovem a pé, de bicicleta, outros vão de charrete, ou ainda, com perueiros particulares.

O Jaó e um bairro negro humilde, como tantas outras áreas rurais de ocupação negra, seus moradores lançam mão de diferentes soluções na luta contra a pobreza, o que tem levado alguns homens a se empregarem na cidade ou a passar a semana longe da família em fazendas mais distantes, ate mesmo as mulheres, eventualmente se deslocam para Itapeva para trabalharem em casas de família ou mesmo La no Jaó, lavando roupa para alguma família da redondeza.

As mulheres, irmãs, vizinhas, tias, compartilham regras de solidariedade, o que possibilita resolver vários tipos de problemas, falta de alimento na casa, falta de dinheiro para fazer a festa de casamento de um filho, suporte na criação dos filhos menores e ate companhia para ir fazer umas “*comprinhas*” na cidade ou buscar a pensão do marido no banco (Marques, 2001, p.33).

O cotidiano dos moradores do Jaó e movimentado pelo grande numero de crianças que brincam ao redor das casas ou se embrenham pelo mato, pela presença das mulheres lavando roupa nos córregos, carregando lenha para esquentar a água do banho nos pequenos fogões de barro e tijolo que existem ao lado de cada casa ou limpando a frente da casa. A tardinha os homens voltam do trabalho das fazendas do entorno a pé, de bicicleta ou de carona com caminhões e tratores das fazendas. No começo da noite, muitos vão ao culto evangélico, os filhos de banho tomado, os homens alinhados de calca e camisa e as mulheres de saias e lenços na cabeça. Como se vera no decorrer do texto, antigas manifestações culturais desapareceram como resultado da ação dos pastores evangélicos ligados a igreja “Deus e Amor”, que passaram a interagir com os moradores em meados dos anos 80(Marques, 2001, p.34).

Para Martins ,1995;Oliveira 1995 é indispensável incorporar aqui uma discussão que fale da expansão capitalista no campo, da sujeição de renda que na maioria das vezes ocorre de forma contraditória não necessariamente triando a propriedade mais o tornando um trabalhador rural proletarizado (Marques,2001,p36).

Para entender o Jaó nos dias de hoje, falamos de seus conflitos interno e necessário recuperarem a atuação da SEMAI no local. Teve início em 1989 na época a prefeitura municipal iniciava a criação da secretária da agricultura. Com a intenção de recuperar o potencial agropecuário da região e assim apoiar os pequenos produtores locais (Marques, 2001, p.37 e 38).

Houve um reordenamento na vida dos moradores diante das mudanças no modo de plantarem. Alguns membros do Jaó, primeiramente, cultivavam seus roçados na parte de terras denominada “cultura” ou “capão” – área separada para o plantio – mesmo sendo uma área comum, seguiam uma antiga divisão informal das terras, onde cada família tinha a sua parte. Recorriam a prática do mutirão e da troca de tarefas em momentos de dificuldades, como se verá no terceiro capítulo.

As antigas formas de organização dos roçados familiares foram desfeitas, em face da proposta de se criar algo novo no Jaó, trazida pelo mediador: a organização coletiva da produção, o trabalho comunitário e a formação de uma associação de moradores.

Como a prefeitura não tinha verbas, o secretário intermediou o contato dos funcionários do Banco do Brasil com Jaó. O primeiro financiamento foi aprovado em nome da Associação dos Moradores de Saltinho do Coqueiral, outro bairro rural onde a SEMAI também estava trabalhando e, posteriormente, o financiamento saiu em nome dos membros da associação do Jaó, visando ao custeio da produção, sementes, adubo, defensivos, tendo a prefeitura como avalista. A grande quantidade de calcário utilizada no Jaó foi cedida pela Sguário, antiga indústria de papel e celulose de Itapeva (Marques, 2001, p.38 e 39).

Com a saída do secretário Agnaldo Oliveira, surgiu problemas para conduzir o projeto que continuava a ser implantado. As mulheres mais velhas é que acabaram de arcar com o trabalho, assim repartindo a produção com todos houve certas acusações de desvio de verba no momento de repartir a produção e favorecimento para algumas famílias. Os que trabalharam e não receberam foram proibidos de formar lavouras particulares. Mesmo com as críticas atuais ao projeto nota-se que os resultados foram positivos (Marques, 2001, p.40).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em minhas pesquisas, observei que nos dias de hoje estamos vivendo essa problemática nas escolas. E as famílias estão demonstrando preocupação e querem a solução. E necessário estudar meios para solucionar o fracasso na escola, pois quem não consegue acompanhar o ritmo da escola fica a beira do caminho, e muitas vezes são taxados ou rotulados. Através de uma escola seria que ofereça ensino de qualidade, e tenhamos professores comprometidos com a escola e desenvolva um trabalho com praticas pedagógicas que realmente desperte o interesse do aluno pela escola .O aluno precisa ter prazer em ir a escola isso só professores que realmente sejam comprometidos com uma educação de qualidade pode oferecer essa pratica. O maior aliado que a escola tem e a família, juntos escola e família nos terá alunos com mentes brilhantes. Acredito em uma escola seria que pode investir em seus alunos, pois eles serão o futuro da nação.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa, **Erro e Fracasso**, São Paulo: SUMMUS 1997.

BOSSA, Nadia A., **Fracasso Escolar, um olha psicopedagogico**, Porto Alegre: ARTMED EDITORA S.A 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

PATTO, Maria H.S, *A Produção do Fracasso Escolar*, São Paulo: TA QUEIROZ 1990.

MARQUES, Silvia Correa. Comunidade Artigo

Sites Consultados:

<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/indisciplina-sala-aula-509283.shtml>